

PROGRAMA DEMOCRATIZANDO O CONHECIMENTO SOBRE AS CONTAS PÚBLICAS

1. Liste os objetivos e especifique as metas mais importantes do programa, projeto ou prática, por ordem de prioridade.

Objetivos:

- Democratizar o conhecimento sobre contas públicas;
- Incentivar a participação popular na gestão pública, por meio da compreensão de diversos temas relacionados com a administração pública;
- Conscientizar a sociedade de sua responsabilidade no controle e acompanhamento da gestão dos recursos públicos, contribuindo para o exercício pleno da cidadania.

Metas:

- ✓ Produzir versões simplificadas, em linguagem compreensível ao cidadão comum, dos principais documentos elaborados pelo Tribunal de Contas, especialmente o Parecer Prévio sobre as Contas do Governo do Estado, que serve para balizar o julgamento anual dessas contas pelo Poder Legislativo.
- ✓ Produzir material explicativo, de forma simples, acerca de temas complexos , destinado prioritariamente aos menos esclarecidos estimulando a participação e o controle por parte da população. Até o momento, foram publicadas revistas pedagógicas sobre os seguintes temas: FUNDEF, Lei de Responsabilidade Fiscal, Fiscalização de Obras Públicas, Prestação de Contas dos Recursos do Programa de Combate à Pobreza Rural, Conservação e Manutenção das Escolas Públicas e Parecer Prévio sobre as Contas Estaduais 2001
- ✓ Publicar e divulgar material especial , para distribuição gratuita, visando conscientizar a população sobre a importância do controle social, a exemplo da produção de *poesia de cordel* (escrita e musicada em CD's)
- ✓ Realização de encontros, palestras e oficinas, para estimular o debate e a participação popular.

2. Descreva o funcionamento do programa, projeto ou prática e aponte qual(is) a(s) sua(s) frente(s) de atuação.

O programa funciona por meio de edições especiais que versam sobre diversos temas relacionados com a administração pública. desde que seu conhecimento seja importante para a população a fim de propiciar o necessário controle sobre tais assuntos. Os trabalhos são editados em linguagem coloquial, acessível ao cidadão comum, detentor de pouco conhecimento geral. Apresentam-se de forma colorida, incluindo ilustrações, contam histórias e podem lançar mão de outros artifícios que ajudem à compreensão da matéria, a exemplo da poesia de cordel, que contextualizou a matéria. Desta forma, procura-se despertar o interesse do leitor para o desconhecido mundo das contas públicas, permitindo e incentivando o controle social. Os trabalhos são distribuídos para órgãos públicos, universidades, ONG's e disponibilizados, também, para *download* pela internet.

3. O programa, projeto ou prática faz parte de uma iniciativa, programa ou política mais abrangente (da mesma ou de outra esfera de governo)? Em caso afirmativo, descreva como se dá esta ligação.
Não.

4. Identifique o público-alvo. Quantos são, no momento, os diretamente beneficiados? Qual é a proporção de homens e de mulheres beneficiados? Que percentual da clientela potencial isto representa? Como é feita a seleção dos beneficiários e como eles participam do programa, projeto ou prática?

O público beneficiário varia segundo o trabalho a ser produzido. Se o mesmo refere-se às contas do Governo Estadual, o público-alvo é toda a população do Estado. Se o trabalho produzido refere-se a alguma prestação de contas municipal, o público-alvo será a população local, e assim por diante. Assim, percebe-se que o público-alvo é o cidadão que gostaria de participar do controle da gestão pública, mas não possui o nível de informação suficiente sobre o tema. Não há separação entre homens e mulheres, o critério baseia-se na falta do conhecimento necessário ao entendimento da matéria. A participação da sociedade no programa dá-se por meio da visão crítica dos relatórios publicados pelo poder público, adquirida através da leitura e compreensão dos trabalhos produzidos pela Escola de Contas, permitindo que a população exerça maior controle social. Essa participação é verificada por meio de denúncias feitas ao próprio Tribunal de Contas ou mediante pedido de explicações sobre os temas abordados. Ressalte-se que alguns trabalhos, a exemplo da revista pedagógica “Tudo às Claras” sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, foram reproduzidos por diversos outros entes da federação, extrapolando os limites territoriais de Pernambuco.

5. Qual é o gasto orçamentário anual do programa, projeto ou prática? Quais as fontes de recursos financeiros (locais, estaduais, federais, privadas)? Que percentual dos recursos financeiros anuais é derivado de cada uma dessas fontes? Que percentual da receita orçamentária total do nível de governo (estadual, municipal etc.), a que pertence o órgão responsável pela inscrição, é efetivamente utilizado pelo programa, projeto ou prática?

Os recursos para a implantação do programa decorrem do orçamento da Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães e do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. Seus gastos, no âmbito de Pernambuco, foram da ordem de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). O Programa não dispõe de recursos oriundos de entidades privadas. Esse valor não tem relevância quando comparado com a receita estadual total.

6. Quantas pessoas estão diretamente envolvidas na operação de seu programa, projeto ou prática? Quantos homens e quantas mulheres realizam funções de direção (ou de tomada de decisões) e quantos realizam funções de execução?

Cada um dos trabalhos apresenta características próprias, e, portanto, envolve número diferente de pessoas para sua elaboração. No entanto, há um grupo permanente composto de 12 pessoas, sendo 7 mulheres e 5 homens que integram o quadro da Escola de Contas Públicas, responsável pela direção e execução do Programa. Ressalte-se que há um número expressivo de pessoas, que não podemos quantificar, pertencentes às mais diversas instituições que utilizam e divulgam o material produzido.

7. Indique todas as organizações (públicas e privadas) participantes, descrevendo o papel de cada uma. Explique como estas organizações interagem e de que modo suas ações individuais são coordenadas.

Escola de Contas Professor Barreto Guimarães e Tribunal de Contas do Estado. Os trabalhos são produzidos por funcionários do Tribunal de Contas e editados pela Escola de Contas, que também se encarrega de sua disponibilização e divulgação.

8. Se seu programa, projeto ou prática envolve a participação da comunidade e do público-alvo, descreva como esta participação se concretiza (explique os mecanismos de participação).

O Programa tem por finalidade estimular a participação cidadã no controle da gestão pública estadual e municipal. Um dos requisitos para efetivação desta participação é a existência de informações suficientes e compreensíveis ao cidadão comum. Não se controla aquilo que não se compreende. A assimetria de informações é fator de manipulação de uma pretensa participação popular na gestão pública. Torna-se imperioso contribuir para disseminação de informações confiáveis, tempestivas e em linguagem acessível acerca da gestão pública. O conhecimento e a conscientização da importância do acompanhamento e controle dos recursos arrecadados e dos gastos públicos, fomenta a participação da sociedade.

9. Quando e como foi originariamente concebido o programa, projeto ou prática? Quais os principais participantes governamentais e não-governamentais neste processo? Houve inspiração em iniciativa(s) anterior(es)? Qual(is) ?

A Escola de Contas Públicas ministra cursos e treinamentos voltados para o aprimoramento das funções desempenhadas pelos servidores públicos, tendo sempre como objetivo a melhoria da gestão dos recursos públicos. A experiência demonstrou que o controle do patrimônio público deve ser objeto da interação dos controles institucionais clássicos (controle interno, externo e judicial) com aquele exercido, diretamente, pelos cidadãos, o chamado controle social, a mais eficaz das formas de controle da Administração Pública. A eficiência, a eficácia e a efetividade pretendidas na ação governamental serão alcançadas tanto quanto maior for a interação destes controles. Assim, a partir de uma auditoria realizada, pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, no Programa de Combate a Pobreza Rural- PRORURAL, em 2000, identificou-se a necessidade de se envolver os beneficiários daquele programa, os pequenos produtores rurais do Estado de Pernambuco. O desafio era levar informação em linguagem adequada para permitir participação e controle. Foi, então, elaborada a primeira revista pedagógica destinada aos pequenos produtores rurais beneficiários do Programa de Combate a Pobreza Rural, abordando aspectos básicos a respeito da utilização de recursos públicos e sua prestação de contas aos órgãos de controle. Esse material serviu de base para um amplo programa de treinamento desses cidadãos, e abrangeu 3160 pequenos produtores rurais. A atuação da Escola, neste caso, serviu para correção de problemas, muitos dos quais decorrentes da falta de informação. A partir dessa publicação, a Escola de Contas, com o apoio do Tribunal de Contas, resolveu criar um programa que tivesse como objetivo produzir material técnico-pedagógico, em linguagem simples, capaz de levar conhecimento ao cidadão comum.

O segundo trabalho, ainda em 2000, teve por objetivo esclarecer à sociedade os princípios e regras da Lei de Responsabilidade Fiscal, sobretudo acerca dos instrumentos de participação popular na gestão pública.

O terceiro trabalho foi elaborado pelos engenheiros do TCE-PE com o intuito de abordar, de forma acessível, todos os aspectos técnicos e legais envolvidos na realização de obras e serviços de engenharia e sua fiscalização, que, também, deve ser exercida pela sociedade.

Ainda visando à democratização do conhecimento sobre contas públicas foi contratado o poeta e cantador popular Sebastião Dias para transformar em *cordel*, a revista pedagógica "Tudo às Claras", sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. O resultado foi a edição de folheto de *cordel* e um CD gravado pelo artista e distribuídos em locais de grande concentração de pessoas nos municípios do interior do Estado de Pernambuco, a exemplo das feiras livres. Estas foram as experiências iniciais do Programa que foi ampliado, posteriormente, para outras áreas.

Em 2002, ao serem apreciadas a Prestação de Contas do Governo do Estado relativas ao exercício de 2001, a Escola de Contas elaborou a primeira versão simplificada sobre o Parecer Prévio das Contas Estaduais daquele exercício, constituindo-se em iniciativa pioneira no país.

10. Identifique as etapas-chave de implementação e como isto evoluiu e se modificou ao longo do tempo. Que mudanças ocorreram desde o início de operação do programa, projeto ou prática?

- Identificação da necessidade de dar maior publicidade às ações do governo (transparência) e o necessário acesso da população a essas informações (controle social).
- Identificação dos temas a serem trabalhados,
- Definição da melhor maneira de produzir o trabalho, se por meio de cartilhas, versões simplificadas, planfetos, CDs, entre outros.
- Tradução das expressões técnicas para linguagem coloquial, sem perda do conteúdo
- Mudanças: aperfeiçoamento dos instrumentos utilizados, e utilização de outros tais como, literatura de cordel, música, cursos e oficinas.

11. Descreva os principais obstáculos enfrentados até o momento. Como se lidou com tais obstáculos? Quais deles ainda persistem?

O maior obstáculo enfrentado foi encontrar a linguagem adequada a cada tema abordado, visando à compreensão por aquele público-alvo, que, como dissemos anteriormente, varia de acordo com o trabalho produzido. Outra dificuldade encontrada foi definir o meio de comunicação mais adequado, em cada trabalho produzido, capaz de despertar o cidadão, estimulando seu interesse pelo assunto. Temos consciência, após a edição de vários trabalhos, de que as dificuldades continuarão, pois aprendemos que falar fácil é, de fato, muito difícil.

12. Que mecanismos de avaliação estão sendo utilizados para medir o sucesso do programa, projeto ou prática? Forneça os resultados (quantitativos e qualitativos) do último ano de operação do programa, projeto ou prática.

A avaliação vem sendo realizada, em função das demandas junto à Escola, assim como pelo quantitativo de material distribuído, sempre insuficiente diante da procura.

13. Qual é a mais importante conquista de seu programa, projeto ou prática até o momento (cite apenas uma; aquela que, na sua opinião, é a mais importante)?

A maior conquista, sem dúvida, é a incorporação de cidadãos, antes passivos, ao debate público e ao controle dos negócios do Estado, consubstanciada pela procura crescente e constante do material editado, pelos mais variados segmentos da sociedade.

14. Em que aspectos seu programa, projeto ou prática inovou em relação a práticas anteriores? Procure explicar bem em que consiste a inovação.

A grande inovação do Programa é o próprio Programal Não temos conhecimento de outra Escola de Governo, sobretudo vinculada a Tribunal de Contas que tenha desenvolvido Programa semelhante. A inovação consiste em buscar a “tradução” de uma linguagem técnica e de compreensão restrita a especialistas para outra, caracterizada pela simplicidade sem que isto prejudique seu conteúdo. Ser simples não significa ser desprovido de conteúdo. O programa em questão não se destina a produzir material didático, e sim material suficientemente claro para despertar no cidadão comum o interesse de participar, acompanhar e controlar a gestão da coisa pública.

15. Mesmo que seu programa, projeto ou prática não focalize especificamente a questão da pobreza, como você avalia seu impacto sobre esta questão?

O Programa teve início, exatamente, a partir de uma Auditoria de Desempenho realizada pelo TCE-PE no Programa de Combate a Pobreza Rural- PRORURAL. Foram apontadas algumas falhas e problemas na concessão, liberação e utilização dos recursos, conduzindo a não consecução de seus objetivos, notadamente o combate à pobreza rural. O envolvimento da sociedade no controle destes recursos, a partir do trabalho desenvolvido pela Escola de Contas Públicas, revelou-se fundamental. O fortalecimento do sistema de acompanhamento e controle dos processos, a inclusão de mais critérios técnicos na seleção dos municípios, bem como na distribuição dos recursos constituíram-se em alguns dos resultados obtidos por este trabalho. Ressalte-se que o relatório final do TCE-PE foi utilizado como referência pela consultoria SOS, que foi contratada para fins de certificação ISO 9001 para o PRORURAL.

Devemos ressaltar que a democratização do conhecimento sobre contas públicas cria condições para participação popular na gestão pública, podendo portanto, implicar o incremento da aderência da ação governamental ao interesse público, caracterizado pela convergência entre as políticas públicas e o querer da coletividade. A redução das desigualdades e o combate à exclusão e à pobreza são conseqüências naturais deste Programa, fomentador da inclusão social.

16. Qual o impacto do programa, projeto ou prática sobre a cidadania? (Mencione aqui aspectos relativos à cidadania que eventualmente não tenham sido mencionados. Inclua aqui também questões relativas a gênero, raça ou etnia).

O exercício pleno da cidadania, entendida não apenas sob o aspecto da titularidade de direitos, mas também quanto ao republicanismo clássico, pressupõe preocupação, cuidado e zelo com a coisa pública, *res publica*. A participação política, além de direito é dever de todo cidadão. No entanto, para que haja participação é necessário que as informações sejam efetivamente disponibilizadas, e o sejam em linguagem compreensível por quem as recebe. Este é o objetivo maior do Programa.

O programa abrange diversos públicos, dependendo do trabalho produzido. Não houve publicações dirigidas especificamente para gênero, etnia ou raça No entanto, ao serem ministrados os cursos para capacitação de associações de moradores responsáveis por prestar contas de convênios celebrados com o Governo do Estado, relativamente ao Programa de Combate à Pobreza Rural, foram incluídas as associações de moradores de áreas indígenas, bem como a população negra, remanescente dos quilombos, que habitam o sertão do Estado.

17. Caso seu programa, projeto ou prática já tenha participado do PROGRAMA GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA anteriormente, qual a diferença que ele apresenta este ano em relação ao ano em que se inscreveu pela última vez?
Não houve participação anterior.

18. Qual é a mais significativa deficiência do programa, projeto ou prática?
Sem dúvida, a maior deficiência trata-se da insuficiência de recursos financeiros para ampliar os meios e formas de divulgação dos trabalhos realizados. Tal carência inabilita a participação de um maior número de cidadãos, limitando a interação nas arenas decisórias públicas.